



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE**

Processo: 202077000264

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALCLEIDE JOAQUIM DE SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora, tendo sido produzido o laudo acostado.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Ocorre que, não se mostra crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

Cumprе observar, que em sede administrativa foi apurada invalidez correspondente a 25% do seguimento, contudo, o laudo ora produzido traz uma conclusão que reconheceu uma invalidez de 50%, mesmo inexistindo qualquer prova desse agravamento.

Deve ser considerada a grande divergência nas conclusões, dado que naturalmente haveria a estagnação da invalidez ou até mesmo a melhora, mas jamais o agravamento.

A indicação da lesão mais abrangente a partir da mera avaliação visual não se mostra suficiente, posto que não corroborada pela documentação acostada.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Os documentos não comprovam o agravamento da lesão bem como a necessidade de novos tratamentos ou procedimentos médicos que indicariam que a lesão não estava estabilizada, cabendo o acolhimento do laudo administrativo acostado e o pagamento efetuado, impondo-se a improcedência da demanda.

Portanto, como não há nexos de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

### DA IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DA INVALIDEZ

Além disso, cabe observar que ao elaborar o laudo pericial o perito somente trouxe aos autos algumas respostas a quesitos bem como não indicou invalidez passível de enquadramento na tabela anexa a ei 11.945/09, o que é exigido pela Lei 6.194/74.

**Declaro, portanto, que o resultado da perícia conclui uma perda funcional e sensorial mandibular na ordem de 50%, com base no presente exame clínico.**

A título de exemplo, destaca-se a trecho do laudo administrativo, que após ser apuradas limitações na abertura da boca e desvio na mandíbula com perda de oclusão, constatou-se invalidez na estrutura cranio facial:

<b>Diagnóstico:</b>	FRATURA DO CORPO DA MANDÍBULA A ESQUERDA.
<b>Descrição do exame físico:</b>	AO EXAME FÍSICO FOI EVIDENCIADO FACE ASSIMÉTRICA COM AUMENTO DO VOLUME DO CORPO DA MANDÍBULA À ESQUERDA (CALO ÓSSEO), DOR E PARESTESIA NA MANDÍBULA E ARCADA DENTÁRIA INFERIOR A ESQUERDA, AUSÊNCIA DE INCISIVO CENTRAIS INFERIORES, DESVIO IMPORTANTE DA MANDÍBULA PARA A ESQUERDA, PERDA DA OCLUSÃO DENTÁRIA, ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR COM DOR, CREPITAÇÃO E BLOQUEIO BILATERAL, RESTRIÇÃO IMPORTANTE DOS MOVIMENTOS DE ABERTURA DA BOCA. PERICIAO SE ALIMENTANDO POR DIETA PASTOSA E LIQUIDA
<b>Tratamentos terapêuticos:</b>	EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL.
<b>Lesões permanentes:</b>	LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU LEVE DO LESÕES DE ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CRÂNIO-FACIAIS

Dessa forma, se faz necessário que o perito seja intimado a esclarecer qual seguimento corporal previsto na tabela está acometido de invalidez.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 20 de julho de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**